que comprove aptidão para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação, com experiência em instalação de rede elétrica estabilizada (50 pontos, no mínimo), experiência em instalação de rede estruturada (lógica/ telefônica 50 pontos no mínimo), instalação de rack (no mínimo de 24 Us) e seus respectivos equipamentos (switch, patch pannel, voice pannel...);

A Comissão

Protocolo 944315

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016 o Banpará S/A informa aos interessados que promoveu as

seguintes alterações: 1. No Edital, item 13.3:

Onde se lê: "A empresa vencedora prestará Garantia ao CONTRATANTE, conforme disposto no Art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo e condições estabelecidas na Minuta de Contrato (Anexo XIII), deste Edital, ficando condicionada à assinatura do Contrato a apresentação do respectivo comprovante."

Leia-se: "A empresa vencedora prestará Garantia ao CONTRATANTE, conforme disposto no Art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo e condições estabelecidas na Minuta de Contrato (Anexo

2. No anexo XIII do edital, clausula quarta, alínea "a":

Onde se lê: "Até a assinatura do contrato, a comprovação da efetivação da garantia escolhida (clausula onze);

Leia-se: "Até o primeiro pagamento realizado pela contratante à contratada, a comprovação da efetivação da garantia escolhida (cláusula onze);

3. Fica incluída na minuta de contrato, anexo XIII do edital, a cláusula quinze, com a seguinte redação:

"DO REAJUSTE: Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data de assinatura deste contrato, no prazo da lei, segundo a variação acumulada do INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro, na falta deste, que estiver estabelecido na legislação à época de cada reaiuste.

A Comissão

Protocolo 944389

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 077/16 DE 23.03.2016.

R E S O L V E: Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº060/2016, de 16/03/2016, publicada no DOE nº 33.093, de 22 de março de 2016. Art. 2º NOMEAR, a servidora Iêda Lúcia Pereira de Carvalho, para o cargo de Diretora do Registro Mercantil, GEP - DAS.0.11.5, matrícula nº.2021935/2, a partir de 01-04-2016, nesta JUCEPA. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente.

Protocolo 944280

SECRETARIA DE ESTADO **DE PLANEJAMENTO**

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 098, DE 28 DE MARÇO DE 2016

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-SEPLAN, de 28 de janeiro de 2015,

Considerando o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de ianeiro de 1994: e

Considerando ainda, os termos do Processo nº 2016/47022.

CONCEDER à servidora MARIA GERALDA DA CONCEIÇÃO PAES BARRETO, matrícula nº. 3255387/1, ocupante do cargo Técnico "C", 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, correspondente ao triênio 2001/2004.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 28 de março de 2016. FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo 944493

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 101, DE 29 DE MARÇO DE 2016

A Diretora Administrativa e Financeira, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº 0045 - SEPLAN, de 28 de janeiro de 2015, e

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 83 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº 177676A/1, de 17 de março 2016; RESOLVE:

PRORROGAR a Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria nº 020 de 28 de janeiro de 2016 à servidora MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº 28487/2 ocupante do cargo Especialista em Educação Classe I, lotada na Coordenadoria Setorial de Desenvolvimento Econômico/DIOR, 54 (cinqüenta e quatro) dias, no período de 07 de março de 2016 a 29 de abril de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 29 de março de 2016. FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo 944495

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA N° 059 DE 29 DE MARÇO DE 2016

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006, e considerando o teor do processo nº 2016/18785.

REMOVER, para fins de regularização funcional, a servidora ANGELA ACATAUASSÚ DE OLIVA FERNANDEZ, matrícula nº 57194216/1 cargo ODONTÓLOGO da DIVISÃO DE SAÚDE BUCAL para o 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - BELÉM.

PORTARIA N° 060 DE 29 DE MARÇO DE 2016

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006, e considerando o teor do processo nº 2016/83156.

REMOVER, a servidora LILIAN ADRIELY DURANS, matrícula nº 54192825/1 cargo AGENTE DE PORTARIA do CENTRO DE SAÚDE - CREMAÇÃO / ATENÇÃO PSICOSSOCIAL para o 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - BELÉM.

PORTARIA N° 061 DE 29 DE MARÇO DE 2016

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006, e considerando o teor do processo nº 2016/115581.

RESOLVE:

a contar de 22.03.2016, o servidor JOSÉ ANTONIO FONSECA NEVES FILHO, matrícula nº 5913086/1 cargo AGENTE ADMINISTRATIVO da DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS para o DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

PORTARIA Nº 062 DE 29 DE MARÇO DE 2016 O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde,

usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006, e considerando o teor do processo nº 2016/93878.

REMOVER, a contar de 31.12.2010, para fins de regularização funcional, o servidor SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS, matrícula nº 84387/1 cargo TÉCNICO DE SAÚDE PÚBLICA da DIVISÃO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE para o LABORATÓRIO CENTRAL

PORTARIA N° 063 DE 29 DE MARÇO DE 2016

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006, e considerando o teor do processo nº 2016/22536.

RESOLVE:

REMOVER, o servidor CLEYTON ANDERSON SI QUEIRA MOTA, matrícula nº 57194867/1 cargo AGENTE ADMINISTRATIVO do $7^{\rm o}$ CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - BELÉM para o 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - BELÉM.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,

DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO É DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 29.03.2016.

SIMONE GABBAY DO NASCIMENTO

DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/SESPA -EM EXERCÍCIO

Protocolo 944370

OUTRAS MATÉRIAS

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA DE RESOLUÇÃO CIB Nº n º 91, de 31/05/2010, publicada no DOE, em 09/06/2010.

ONDE SE LÊ: "Art. 1° - Definir que o valor máximo para ajuda de custo aos pacientes/acompanhantes, caracterizados como pacientes em tratamento continuo por período intervalar de 30 (trinta) dias, equivale ao valor decorrente do calculo resultante de 21 (vinte e uma) diárias ao custo de R\$ 24,79 (vinte e quatro reais e setenta e nove centavos).

LEIA-SE: "Art. 1º - Definir que o valor máximo para ajuda de custo aos pacientes/acompanhantes, caracterizados como pacientes em tratamento continuo por período intervalar de 30 (trinta) dias, equivale ao valor decorrente do calculo resultante de 21 (vinte e uma) diárias ao custo de R\$ 24,75 (vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Belém, 28 de março de 2016.

Vitor Manuel Jesus Mateus. Secretário de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/Pará.

Charles Cézar Tocantins de Souza. Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo 944090

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO **ESTADO DO PARÁ**

Resolução nº 22, de 28 de março de 2016.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará - CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e.

- Considerando o Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS. o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Considerando a Resolução CIT nº04 de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP).
- Considerando o pacto estabelecido entre a Secretaria Municipal de Saúde de Marituba e a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) quanto à transferência da Gestão Municipal do Hospital Divina Providência para a Gestão Estadual, em reunião no dia 20 de janeiro de 2016, no Ministério Público Estadual.
- Considerando a Resolução CIB SUS PA nº 05, de 29 de janeiro de 2016 que pactuou a mudança da Gestão Municipal do Hospital Divina Providência, CNES nº 2619717, para a Gestão Estadual/Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA, a partir da competência fevereiro de 2016.
- Considerando que o limite financeiro anual de assistência de média e alta complexidade do Hospital Divina Providência, estabelecido na Resolução CIB SUS - PA nº 05, de 29 de janeiro de 2016, remanejados da gestão municipal de Marituba/Fundo Municipal de Saúde para a gestão estadual/Fundo Estadual de Saúde, incluiu o valor dos incentivos de rede cegonha destinados ao Hospital.
- Considerando a deliberação "ad referendum" a Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde, do Pará -CIB-SUS-PA.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar que o município de Marituba utilize os valores dos incentivos financeiros da Rede Cegonha, a seguir especificados, como recursos do limite Financeiro de Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a partir da competência fevereiro de 2016.

Incentivos de Rede Cegonha alocados na Gestão Municipal de Marituba

- UTI NeonatalR\$61.320,00/mês - UTI Adulto......R\$61.565,28/mês TotalR\$122.885,28/mês

Art. 2º - Pactuar que a utilização dos recursos na forma